




ARTIGO

Orientação argumentativa, referenciação e interatividade em tuítes sobre o Projeto de Lei (PL) 2630*

Orientation argumentative, référencement et interactivité sur les tweets du Projet de loi (PL) 2630

Isabel Muniz-Lima¹ 
Evandro de Melo Catelão² 
Rosalice Pinto³ 

¹Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil

²Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

³Universidade Nova de Lisboa, IFILNOVA.ArgLAB/CEDIS, Lisboa, Portugal

E-mails: isabel.muniz@fale.ufal.br; evandrocatelao@gmail.com; rpinto@fctsh.unl.pt

RESUMO: Ataques de ódio, desinformação, *fake news* são apenas algumas maneiras que alguns usuários das redes digitais têm utilizado para atingir determinados objetivos, como influenciar grandes grupos quanto a determinadas tomadas de decisão. No Brasil, um caso marcante ocorreu nas eleições de 2022, talvez mobilizado por modelos de ação observados em outros países, que acabaram por culminar na elaboração do Projeto da Lei – Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet (PL 2630). Nesses limites, neste estudo, propomos refletir sobre o uso de estratégias textuais tecnolinguageiras acionadas na construção da orientação argumentativa com um *corpus* composto de tuítes publicados no perfil @tvsenado no dia da votação do PL. Teoricamente, baseamos o estudo em aportes teóricos da Linguística Textual (LT), da Teoria da Argumentação no Discurso (TAD) e da Análise do Discurso Digital, nomeadamente a partir de algumas categorias de análises desenvolvidas por Cavalcante *et al.* (2022), Rabatel (2009, 2023), Amossy (2017; 2018) e Paveau (2021). Resultados obtidos permitiram identificar o uso de recursos tecnolinguageiros como mobilizadores de arenas discursivas polêmicas ou usados como fonte de interatividade e referenciação.

PALAVRAS-CHAVE: Interatividade, Argumentação, Discurso digital, Referenciação, Linguística textual.

RÉSUMÉ: Les attaques de haine, la désinformation, les fausses nouvelles ne sont que quelques-uns des moyens utilisés par certains utilisateurs des réseaux numériques pour atteindre certains objectifs, tels que l'influence de grands groupes sur certaines prises de décision. Au Brésil, un cas frappant s'est produit lors des élections de 2022, peut-être mobilisé par des modèles d'action observés dans d'autres pays, qui ont finalement abouti à la rédaction du projet de loi sur la liberté, la responsabilité et la transparence sur Internet (PL 2630). Dans ces limites, nous proposons dans

*Este trabalho se alinha às discussões fomentadas pelo Grupo de Pesquisa Protexto (Universidade Federal do Ceará), do qual o(a)s autore(a)s são membros.

COMO CITAR

MUNIZ-LIMA, Isabel;
CATELÃO, Evandro de Melo;
PINTO, Rosalice. Orientação argumentativa, referenciação e interatividade em tuítes sobre o Projeto de Lei (PL) 2630. *Revista da Anpoll*, v. 54, n. 1, e1898, 2023. doi: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v54i1.1898>

cette étude de réfléchir sur l'utilisation des stratégies textuelles technolinguistiques utilisées dans la construction de l'orientation argumentative avec un *corpus* composé de tweets publiés dans le profil @tvsenado le jour du vote du PL. Sur le plan théorique, nous avons basé l'étude sur les apports théoriques de la linguistique textuelle (LT), de la théorie du discours argumentatif (TDA) et de l'analyse du discours numérique (ADN) et, surtout, sur quelques catégories d'analyse développées par Cavalcante et alli (2022), Rabatel (2009, 2023), Amossy (2017 ; 2018) et Paveau (2022). Les résultats obtenus ont permis d'identifier l'utilisation des ressources technolinguistiques comme mobilisatrices d'arènes discursives polémiques ou utilisées comme source d'interactivité et référentiation.

MOTS-CLÉS: Interactivité, Argumentation, Discours numérique, Référentiation, Linguistique textuelle.

1 Introdução

No mundo todo, temos observado o aumento de campanhas de desinformação e de propagação de ódio, cujo alcance se complexificou com o uso de mídias, como *Whatsapp*, *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*¹. No Brasil, foi necessário instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar suspeitas de ataques e criação de perfis falsos, elaborados com o objetivo de influenciar as eleições presidenciais de 2018. Dicotomizada como *CPI da Censura*, por apoiadores de Jair Bolsonaro, e como *CPI das Fake News*, por opositores deste, que era o então presidente à época, a CPI findou por ser ampliada para apurar ataques orquestrados pelas chamadas “milícias digitais”².

Esses episódios culminaram na elaboração do Projeto da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet (PL 2630), o qual, desde julho de 2020, tem sido discutido na Câmara dos Deputados. Devido aos episódios antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023³ e aos ataques violentos recentemente ocorridos em escolas brasileiras⁴, o PL voltou ao debate público. Esse Projeto de Lei prevê que as plataformas digitais, as ferramentas de buscas e os aplicativos de mensagens sejam regulados, sinalizando os perfis ou as contas que propagam desinformação e excluindo conteúdos considerados criminosos.

O fato de o PL 2630 entrar em votação na Câmara dos Deputados, no dia 2 de maio de 2023, gerou novos acontecimentos que vieram a reverberar nos diversos textos e provocaram, assim, uma atualização da polêmica em torno do tema (Amossy, 2017; Cavalcante e Brito, 2018; Cavalcante *et al.*, 2022), sobretudo no *Twitter*, atualmente *X*. Os episódios relatados nos motivaram a refletir sobre as estratégias textuais acionadas na construção da orientação argumentativa sobre o PL 2630.

¹ Atualmente renomeado como *X*.

² Para mais informações, ver: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/02/11/policia-federal-afirma-que-milicias-digitais-usam-estrutura-do-gabinete-do-odio.ghtml>

³ Para mais informações, ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/02/entenda-os-ataques-golpistas-de-8-de-janeiro-e-seus-desdobramentos.shtml>

⁴ Para mais informações, ver: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1761535147207458-adolescente-ataca-professoras-e-alunos-em-escola-de-sp>

Para tanto, a expansão dos campos de análise da Linguística de Texto⁵ nos últimos anos nos fez também refletir sobre seus avanços e consolidações teóricas, em particular, pelo seu caráter interdisciplinar. Seria nesse sentido que alinhamos diferentes campos teóricos para a observação dos processos de construção e de produção de sentidos nesse *corpus* em questão. Se, por um lado, as chamadas análises textuais/discursivas⁶ têm tomado destaque na Linguística Textual, também, por outro, as teorias discursivas que tratam da argumentação têm direcionado trabalhos que convergem para essa mesma direção, como é o caso dos estudos de Amossy (2017; 2018) para a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD) e de Paveau (2021) para a Análise do Discurso Digital. Neste trabalho, nos filiamos à abordagem das autoras citadas, mas também a de outros autores, como Adam (2020), Cavalcante *et al.* (2022) e Rabatel (2009; 2023), com o objetivo de investigar as estratégias textuais/discursivas (marcas de referenciação) selecionadas pelos pontos de vista colocados em cena pelo L1/e1 na construção da orientação argumentativa sobre o Projeto de Lei 2630 em tuíte publicado no perfil @tvsenado no dia da votação do PL na Câmara dos Deputados. Selecionamos, ainda, 10 comentários relacionados a essa postagem com o objetivo de perceber de que maneira se revelavam as estratégias textuais/discursivas no ecossistema *Twitter*.

Para cumprir esse propósito, este trabalho foi organizado em 3 seções: na primeira, apresentamos uma contextualização geral sobre o escopo da argumentação e como a linguística de texto, em particular no Brasil, tem se apoiado nas teorias argumentativas, em particular na noção de ponto de vista (PDV) para traçar, por exemplo, aspectos de orientação argumentativa. Na sequência, trazemos nossa compreensão de interatividade e referenciação no contexto digital. Por fim, apresentamos o esboço de nossa análise segundo a reflexão sobre as estratégias textuais acionadas na construção da orientação argumentativa sobre o PL 2630.

2 A argumentação em discussão

Os estudos sobre a argumentação vêm sendo redimensionados, fundamentalmente a partir dos estudos ducrotianos da década de 70 do século passado, sob várias perspectivas teóricas no âmbito das Ciências da Linguagem, fomentando abordagens teóricas diversas. Contudo, não nos compete aqui no escopo deste estudo (centrado essencialmente no trabalho com textos em circulação em redes sociais) traçar este percurso histórico⁷. Argumentar e argumentação sempre foram temas de destaque nos estudos do texto e do discurso, como, por exemplo, em problematizações a respeito da interação e do gerenciamento dos posicionamentos

⁵ A Linguística de Texto atualmente preconizada no Brasil advoga que o estudo da materialidade plurissemiótica dos textos deve estar contextualmente situada. Assim, o texto deve ser considerado uma unidade comunicativa global, um evento sócio-historicamente situado (Cavalcante *et al.*, 2022). Com isso, aspectos situacionais, tradicionalmente estudados por teóricos da Análise do Discurso, estão intrinsecamente relacionados à materialidade textual. Para o estudo da evolução dos estudos da Linguística Textual, ver: Pinto (2017).

⁶ A Linguística de Texto brasileira, sobretudo aquela praticada no grupo de Pesquisa Protexto, considera uma imbricação entre texto e discurso. Para nós, todo texto engloba questões discursivas. Sendo assim, a partir deste ponto de nosso trabalho, termos como “análises textual/discursivas”, e outros semelhantes, serão apresentados apenas com o adjetivo “textual/textuais”.

⁷ Para detalhes sobre a evolução dos estudos da argumentação no âmbito da Linguística, ver: Pinto (2010).

argumentativos na produção dos sentidos. O que merece aqui ser relevado é que, com a explosão das interações em diferentes contextos digitais, com trocas de mensagens e informações, como as que acontecem nas redes sociais, nunca foi tão necessário redimensionar o conceito de argumentação sob outras perspectivas e encaminhamentos teóricos.

Vale salientar que, para a Linguística Textual, esse contexto digital de produção e interações, em especial, tornou-se um fértil campo de coleta, uma vez que o estudo do texto nunca foi tão importante como forma de fazer perceber as estratégias de geração de sentido e argumentativas direcionadas e possibilitadas (nascidas) nessas bases.

Diante desse cenário amplamente rico de pesquisas, muitos poderiam ser os caminhos para a descrição da complexidade argumentativa a ser analisada. No âmbito da Linguística, propriamente dita, poder-se-ia pensar, por exemplo, traçar um estudo da argumentação ao nível da língua, na perspectiva de Anscombe e Ducrot (1983). Para esses autores, no âmbito da pragmática semântica, determinados conectores, por exemplo, já trariam instruções que permitiriam determinada orientação argumentativa ao enunciado. Ou, ainda, a partir da argumentação no texto ater-se prioritariamente a aspectos da estrutura composicional, na acepção de Adam (ADAM, 1999), que considera a relevância da sequência argumentativa prototípica para o estudo da argumentação em textos. Muito embora, já em publicação de 1997, em co-autoria com Marc Bonhomme, o autor reconhecia também a existência de um conceito mais alargado para o termo “argumentação”, principalmente no que tange a gêneros (como o anúncio publicitário) com teor mais persuasivo. Nessa acepção a nível “macro”, a construção argumentativa não se atinha apenas à questão composicional “micro”, propriamente dita, mas também poderia estar atrelada às próprias dimensões pluri-semióticas textualmente construídas.

Também, poder-se-ia considerar a análise da argumentação em uma perspectiva de gênero (Pinto, 2010, 2017), considerando-se que a materialidade argumentativa dos gêneros de texto inseridos em práticas sociais diversas respeita certa tradição sócio-historicamente assente, mas também pode vir a apresentar especificidades em função de contextos diversos.

Contudo, apesar desse breve levantamento teórico, o que nos interessa neste trabalho, centrado na relevância da orientação argumentativa das interações em ambiente digital, é evidenciar alguns conceitos que nortearão as nossas análises. Nesse escopo, enfatiza-se aqui, a noção de argumentação no discurso defendida por Amossy (2012). Para a autora, todo discurso é dialogicamente construído, contextualmente instanciado, sendo que é a partir de sua produção que o locutor constrói a sua imagem (*ethos*), influenciando as representações e opiniões do alocutário. A Argumentação no Discurso (AD) está assim, como considera a autora, subordinada à própria Análise do Discurso. Nesse contexto, a argumentatividade, intrinsecamente presente em todo(s) os discursos, é semioticamente instanciada e convida, ou melhor, orienta o “outro” a partilhar uma forma de pensar, ver ou, até, sentir. Assim, a simples transmissão de determinado ponto de vista sobre determinado objeto já indicia, discursivamente, certa dimensão argumentativa. Por outro lado, no caso da existência, por parte do locutor de uma intenção consciente de convencer/persuadir o alocutário, com estratégias discursivas programadas para tal feito, conduz ao que é denominada visada argumentativa.

Pelo que se observa, a autora, além de indiciar a importância do ponto de vista do locutor para a apreensão da dimensão argumentativa nos discursos, enfatiza o caráter dialógico a ele atrelado. E é nesse contexto, a nosso ver, que o diálogo entre a AD e a teoria rabateliana do ponto de vista se mostra profícuo, como será exposto a seguir.

Como apontam Pinto e Cortez (2017, p. 54), o ponto de vista (PDV) rabateliano consiste na forma como um sujeito “apreende um objeto de discurso na relação com outros enunciadores”, sendo que essa abordagem enunciativo-interacional do PDV apresenta uma ancoragem social, histórica e axiológica do conteúdo interpretado inescapável à interferência do outro”. Como apontam as autoras:

Essa relação sujeito-objeto-sujeito manifesta-se no texto/discurso por meio das falas, pensamentos, percepções, sentimentos e ações representadas. Essa representação pode ser assumida, quer dizer, de responsabilização do locutor/enunciador primeiro (L1/E1), encarregado de gerenciar as informações no discurso, ou ser atribuída (imputação) por ele a outros enunciadores, que nem sempre são autorizados a falar. (...) ainda que as instâncias não falem, elas podem ter seu PDV representado pelo L1/E1.

Assim, como apontam Pinto e Cortez (2017, p. 54), “a análise do PDV põe em foco a natureza das relações que o locutor nutre com diferentes enunciadores, o que lhe permite marcar posição no discurso, construindo seu PDV em meio a outros”. Contudo todas essas interações estabelecidas são discursivamente marcadas e argumentativamente orientadas de forma explícita ou implícita.

No entanto, para a teoria rabateliana, o direcionamento argumentativo pode vir também a ser perceptível não apenas pelo(s) PDV(s) colocados em cena pelo L1/E1, mas também pelo recurso à argumentação explícita (a partir do uso de argumentos e conectores) ou à implícita (perceptível através de inferências), realizada pelas inferências geradas pelos objetos de discurso, ou seja, argumenta-se no texto sem que ele soe argumentativo, como salientam Cortez e Catelão (2022). Considerando-se a centralidade do PDV na construção argumentativa dos textos, os autores apontam que será pela focalização/responsabilidade deste que serão selecionados os aspectos plurissemióticos que virão a compor o universo textual.

E é nesse contexto que os processos referenciais e os PDV a eles associados assumem o seu grau de importância. Salientemos que são os locutores/enunciadores que selecionam quais objetos do discurso melhor representam a “realidade vigente”. Com essa reflexão, pode-se assim considerar que os conceitos de processos referenciais, PDV e argumentação estão intimamente relacionados, como salienta Rabatel, a partir da definição de PDV abaixo pontuada:

Eu defino [o PDV] brevemente como uma predicação, que faz compreender o PDV do enunciador sobre o objeto de discurso referido, pela escolha das palavras, sua ordenação, independentemente da presença explícita de um julgamento (Rabatel, 2008a): em outras palavras, há PDV quando a referenciação revela os objetos do discurso indicando o ponto de vista do enunciador sobre estes mesmos objetos (RABATEL, 2018 *apud* CORTEZ e CATELÃO, 2022, p. 120 – tradução dos autores).

Ainda sobre essa noção, enfatiza-se a relevância dos aspectos dialógicos da composição do discurso. Mesmo que assuma o PDV, o L1/E1 de um texto não age de forma isolada, mas gerencia seu discurso em um entrecruzamento com outros PDVs, marcando sua posição em relação ao posicionamento de outros enunciadores (Cortez; Catelão, 2022). Nesse sentido, cada elemento é escolhido em um plano de dizer e, por isso, a orientação também seria dada segundo o gerenciamento desejado e escolhido pelos locutores/enunciadores primeiros ou interlocutores em uma dada interação.

Alinhando particularmente essa noção à proposta de Amossy (2017), a extensão de encaminhamentos sugere a observação do locutor/enunciador principal (o primeiro, o que gerencia as vozes em um texto) como um orquestrador de seu dizer, não apenas no sentido de persuadir a toda prova o homem de razão, mas como um projetista que procura enxergar e negociar com figuras de interlocução humanas, ou mesmo não humanas em ambientes digitais, mesmo que às vezes não tenha plena noção de quem é seu interlocutor.

Esse direcionamento inicial é parte do nosso recorte dos limites conceituais de base para a análise do *corpus* selecionado. Abrimos caminho para defender, assim como Amossy (2018), que uma ampliação dos campos de visão permite-nos também uma maior possibilidade de apreender sentidos pela observação do texto instanciado sócio-historicamente e de responsabilidade de determinado produtor espaço-temporalmente situado. Nesse sentido, o estudo da argumentação explícita e da implícita em Rabatel amplia as possibilidades analíticas, uma vez que, para o estudo da argumentação, além das técnicas e estratégias empregadas, existem outros elementos relevantes. Como exemplo, citamos aspectos contextuais de natureza diversa relacionados ao gênero e, ainda, a observação de outros elementos como o gerenciamento das vozes e do ponto de vista, o ritmo, a polifonia, entre outros (Amossy, 2017).

Diante desse cenário e dos caminhos para descrever a complexidade argumentativa a ser analisada nos textos, pontuaremos algumas entidades norteadoras da argumentatividade que muito se prestam à textualidade no sentido apresentado por Amossy (2017) a respeito do atravessamento dos discursos. Em especial, deter-nos-emos a relevar o papel dos processos referenciais e da interatividade em contexto digital, na construção da dimensão argumentativa dos textos⁸, na acepção tomada de empréstimo a Amossy (2017, p. 272), o que poderia corresponder a uma visão de orientação argumentação ducrotiana ampliada⁹. Na verdade, interessa-nos perceber de que forma as escolhas de natureza plurissemiótica perpetradas pelo L1/E1, em “sua maneira de apreender um objeto de discurso em relação com outros enunciadores (PDV)”¹⁰, e os diversos enunciadores colocados em cena, demarcam certo posicionamento, podendo vir a agir sobre os interlocutores.

Em resumo, esses aspectos vislumbram parte da problemática que pretendemos desenvolver nas próximas seções. Assim como Rabatel, cremos em uma noção de orientação argumentativa principalmente ligada às intenções ou à ação visada dos textos. Se há orientação é porque houve, em outros níveis (semântico, enunciativo, pragmático, entre outros), uma intenção de uso na construção em um dado discurso. Vejamos na próxima seção como a referenciação mobiliza frentes de orientação argumentativa pela interatividade no contexto digital.

⁸ Para Amossy (2017), a dimensão argumentativa distingue-se da noção de visada argumentativa. Pela primeira, pode-se considerar que todo discurso, sendo de responsabilidade de determinado locutor, traz escolhas linguísticas que demarcam certo posicionamento (social, político, cultural). Já no segundo, existe, por parte de L1/E1, usando os termos de Rabatel, uma intenção evidente de persuadir (gêneros de visada argumentativa) na sua própria construção textual.

⁹ Para Anscombre e Ducrot (1994), a orientação argumentativa corresponderia às possibilidades de encadeamento entre encadeamentos. Neste contexto, conectores como “puisque”, “mais”, do francês, assumem um papel relevante neste encadeamento. Contudo, pode-se considerar que, em uma visão ampla do conceito de orientação argumentativa, o papel do L1/E1 é fundamental nas escolhas perpetradas em prol de um certo direcionamento discursivo intencional. Nesta contribuição, quando mencionarmos o termo “orientação argumentativa”, faremos referência a essa visão ampliada do conceito.

¹⁰ Pinto e Cortez (2017, p. 54).

3 Referenciação e interatividade em contexto digital

Todo texto, entendido como um enunciado singular, que compõe uma unidade de comunicação e de sentido (Cavalcante *et al.*, 2019), evoca entidades ou referentes, “seja para centralizar um tópico, seja para ancorá-lo”, num processo de coconstrução que necessariamente leva em conta as relações entre os sujeitos na interação (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 70). A natureza complexa do fenômeno da referenciação toma dimensões interessantes quando observado o contexto digital e as práticas textuais nativas que ali circulam.

Em Matos (2018), a autora demonstra que os referentes podem associar-se a outros, criando uma rede referencial, igualmente intrincada e instável, pois coconstruída entre interlocutores no acontecimento textual, compreendido como evento único e irrepetível. Em Cavalcante e Muniz-Lima (2021), as autoras investigam a construção referencial em textos nativos digitais que circularam no ecossistema Facebook. Nesse trabalho, verificou-se que a compreensão dos referentes precisa estar ancorada não só no texto da postagem iniciadora do jornal, mas também nos comentários postados por diferentes interlocutores: “Em consequência dessa forma de organização dos textos nas páginas de perfil do Facebook, defendemos que os referentes também podem se relacionar tendo em vista esse compósito” (Cavalcante e Muniz-Lima, 2021, p. 7). A análise do *corpus*, no trabalho das pesquisadoras, é feita visando a identificar o modo como o referente “covid-19” é apresentado e recategorizado tendo em vista esse compósito de textos, o qual incluiu a observação da postagem iniciadora e também de alguns comentários. As autoras verificaram que o processo de construção do referente “se dá num jogo de mudança e progressão textual” que precisou considerar toda uma rede de referentes que construíam sentidos em relação uns com os outros. Esse trabalho derivou de reflexões que vêm sendo desenvolvidas no seio do grupo Prottexto e que se propõem a ampliar a observação do fenômeno da referenciação em contexto digital.

É nessa mesma esteira que nos inserimos ao propormos esta contribuição, mas desta feita no sentido de observar de que maneira a referenciação se relaciona à orientação argumentativa enquanto manifestação linguística do próprio PDV em textos que circulam no ecossistema Twitter, hoje X, mais especificamente na construção do referente PL 2630. Ainda, objetivamos constatar de que maneira aspectos da interação, como a interatividade, se associam nesse processo de construção de sentidos. Em Muniz-Lima (2022), a autora reconsidera a noção de interação tendo em vista a evolução do próprio objeto texto e propõe um conjunto de aspectos que configuram modos de interação em contexto digital. Dentre esses aspectos, destacamos o papel da interatividade, compreendida como “um aspecto tecnolinguageiro da interação que implica executar ações diretas, ativas e síncronas entre interlocutores no processo de construção de sentidos e que se apresenta em níveis, em função do controle do conteúdo, do caráter dialogal e da sincronicidade” (p. 123). Ao produzir um texto, os locutores buscam provocar uma interatividade (Cavalcante *et al.*, 2022), que se revela com gestos tecnolinguageiros, os quais, ao serem executados, evidenciam uma participação-ação, ou, em outras palavras, um envolvimento técnico e linguageiro por parte dos interlocutores. Essa participação envolve exercer um certo nível de controle daquilo que está sendo produzido e se anuncia através dos gestos de curtir, das ações de comentar e compartilhar, das trocas dialogais e da velocidade com que as respostas são fornecidas pelos interlocutores (quanto mais rápidos esses gestos interativos acontecem, mais relevância determinada postagem pode apresentar).

Em Muniz-Lima e Catelão (2023), os autores investigam a relação entre interatividade e argumentação em práticas tecnodiscursivas no *Twitter* (atual *X*), mais especificamente em torno da hashtag #8dejaneiro. Nessa pesquisa, verifica-se, por exemplo, que a #8dejaneiro e as tantas outras apresentadas em diferentes tuítes, como #invasão, #manifestantes, #terrorista, #brasilian, #brasil, #golpedeestado, #bsb, #congresso, mostraram-se recategorizadoras e direcionadoras de pontos de vista e/ou de tipos de representação discursiva empregados pelos locutores/enunciadores. O *corpus* analisado pelos pesquisadores corrobora com a afirmação de Cavalcante *et al.* (2022) de que fazer referência a objetos de discurso não é fazer mera correspondência de palavras, mas é participar de uma complexa operação de coconstrução de sentidos.

Com o objetivo de ampliar estudos que observam a argumentatividade em contexto digital, buscamos verificar, nesta contribuição, alguns processos referenciais plurissemioticamente construídos e, ainda, elementos interacionais acionados na construção da orientação argumentativa sobre o Projeto de Lei 2.630, em tuítes publicados no dia da votação do PL na Câmara dos Deputados, nomeadamente aspectos referenciais e elementos que caracterizam a interatividade em contexto digital.

4 Tuítes sobre o PL 2630: descrição e análise do *corpus*

No dia 2 de maio de 2023, o Projeto de Lei 2630 figurou entre os assuntos mais comentados no até então *Twitter*, hoje *X*, o que nos motivou, em um primeiro momento, a verificar como essa repercussão de domínio público poderia contribuir para a observação da argumentatividade. Pensando em uma abordagem teórico/metodológica centrada na LT, particularmente pelo tipo de discussão realizada pelo Grupo Prottexto, em que são acionadas diferentes correntes teóricas para a produção dos sentidos nos textos, propomos um apanhado analítico no sentido de observar o uso de estratégias argumentativas na condução do PDV (Rabatel, 2009; 2023), destacando como os processos referenciais são plurissemioticamente construídos (Cavalcante *et al.*, 2022) junto às ferramentas digitais (Paveau, 2021) de modo a contribuir na elaboração de um projeto de dizer.

Nesses limites, no processo de geração do *corpus*, no até então *Twitter*, primeiramente selecionamos um tuíte publicado em @tvsenado (perfil de uma emissora de televisão do legislativo, que objetiva divulgar os trabalhos realizados no Senado Federal do Brasil) e mais 10 comentários relacionados a essa postagem¹¹.

A seguir, procedemos à análise do *corpus* apresentado com o objetivo de descrever e refletir sobre as estratégias textuais, conforme descritas no início dessa seção, acionadas na construção da orientação argumentativa sobre o Projeto da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet (PL 2.630).

Para analisarmos o modo como o Projeto da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet (PL 2.630) é apresentado, observemos a postagem iniciadora publicada no perfil @tvsenado (Figura 1):

¹¹ A seguir, compartilhamos o link da postagem e os respectivos comentários a ela relacionados: <https://twitter.com/tvsenado/status/1653509022367064064>



Figura 1 – Postagem iniciadora.

Fonte: Perfil @tvsenado no Twitter.

Essa postagem é composta de um texto verbal e de trecho de um vídeo extraído do canal televisivo TV Senado. Supondo que os leitores iniciarão a leitura dessa postagem pelo texto verbal, que se localiza acima do trecho do vídeo à esquerda, visualizamos o referente PL 2630 sendo introduzido através da expressão nominal “PL das #fakenews (#PL2630_2020)”, cuja composição híbrida (Paveau, 2021) se configura com duas tecnopalavras, ou *hashtags* (#fake-news e #PL2630_2020), as quais recategorizam o referente em questão, enfatizando a ideia de que este se relaciona a uma ação de combate às *fake news* e, ainda, remetendo os interlocutores ao ano de elaboração do PL (2020), com um possível objetivo de evidenciar o longo tempo decorrido desde o ano de elaboração do PL até o dia de sua votação, três anos depois.

Além disso, a postagem iniciadora se vale do recurso da intertextualidade estrita¹² por copresença para apresentar uma citação retirada do trecho do vídeo em que o senador Alessandro Vieira defende o PL (para o senador, o projeto combate a “desinformação”, as “contas falsas”, os “robôs não identificados” e a “publicidade velada”). Situando os enunciadores do texto pela perspectiva de Rabatel (2009), L1/E1, responsável pelo tuíte, faz uso da imputação do dizer, atribuindo o senador (I2/e2) como a fonte do PDV (“o que queremos com esse projeto é coibir ferramentas que servem à desinformação”) e promovendo a orientação de fala ao interlocutor. Destacamos que partes desse PDV passam também a fazer parte das *hashtag*, aqueles contrários ao PL (outros enunciadores) que fomentam a “desinformação”, “as contas

¹² Cavalcante *et al* (2022) adotam a definição de Carvalho (2018). A autora sugere a existência das chamadas intertextualidades estritas, ou seja, fenômeno intertextual entre textos específicos, em que há inserção efetiva de parte(s) de um texto em outro; e intertextualidades amplas, fenômeno que acontece entre vários textos de diversos gêneros, de modo mais difuso, com a alusão de aspectos como o tema, a composição e o estilo (Carvalho, 2018). Para a compreensão das diferenças conceituais entre intertextualidade restrita e ampla aqui adotada, ver ainda: Cavalcante, Faria e Carvalho (2017).

falsas”, os “robôs não identificados” e a “publicidade velada”. Este tuíte traz à tona o embate de vozes e o dissenso na esfera política e pública sobre a temática.

Vale salientar, ainda, que a inserção de uma *hashtag* em determinada postagem revela, como mencionam Muniz-Lima e Catelão (2023), certo grau de interatividade ou de ação/reação efetiva dos interlocutores; neste caso, com o objetivo de direcionar os participantes da interação a uma tecnoconversacionalidade (Paveau, 2021), o que cria um elo de conteúdos rastreáveis que se interligam pelo aparato tecnológico:

(...) o uso das *hashtags* cria um elo de conteúdos rastreáveis que se interligam pelo aparato tecnológico. Podemos refletir, ainda, sobre o fato de que as *hashtags* parecem funcionar como mecanismos de atualização de referentes, introduzindo um objeto de discurso que, nas práticas sociais, serão retomados e (re)categorizados de diferentes formas. É o caráter dialogal da interação que possibilita esse tipo de retomada e reconstrução, sobretudo através dos espaços destinados aos comentários dos interlocutores (Muniz-Lima; Catelão, 2023).

A mesma estratégia com o uso das *hashtags* é utilizada no perfil do Participante 1 (Figura 2), que recategoriza, no jogo complexo de construção e reconstrução dos objetos de discurso, o PL 2.630. O locutor/enunciador primeiro (L1/E1) desse outro texto se vale de um conjunto de *hashtags* que colaboram na construção de uma rede referencial contrária ao Projeto de Lei: #ditadura, #PL2630NÃO, #CensuraNão e #ForaDitadores, todas no sentido de reforçar seu PDV. Ao mesmo tempo em que critica e se opõe ao PL 2630, esse locutor/enunciador o recategoriza e o ancora no campo das ditaduras, igualando, desse modo, o Projeto de Lei às governanças autoritárias conhecidas por censurar a liberdade de imprensa e de expressão. Trata-se, a nosso ver, de uma assunção de PDV velada entre as *hashtags* em que se usa o recurso tecnolinguageiro também como uma expressão de seu PDV. A construção deslinear das *hashtags* imprime a essa interação altos níveis de interatividade como também de orientação do dizer, conduzindo os interlocutores a um conjunto de outros textos e, até mesmo a outras fontes de pontos de vista que poderiam respaldar a defesa de um PDV contrário ao PL 2630.

Além disso, vale destacar que o Participante 1 (Figura 2) utiliza o recurso da marcação de perfis com o possível objetivo não só de convocar esses outros interlocutores para se posicionarem sobre a polêmica (nesse caso, em apoio ao PDV do perfil apresentado a seguir), mas também de gerar maior número de visualizações (um tipo de orientação argumentativa igualmente esperada) para o comentário apresentado na Figura 2:



Figura 2 – Comentário do Participante 1.
Fonte: Perfil @tvsenado no Twitter.

Nesse comentário, o L1/E1 marca, por exemplo, o perfil @FlavioDino – do atual Ministro da Justiça e apoiador do PL; @alexandre – de Alexandre de Moraes – ministro do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral e apoiador do PL; @deltanmd – de Deltan Dallagnol – então deputado federal e opositor ao PL; e @JovemPanNews – perfil da rede de rádio e televisão brasileira conhecida por apoiar ações e ideias de grupos de direita e extrema direita, portanto, contrário ao PL.

Como vemos, ao convocar esses interlocutores, através do recurso da marcação, L1/E1 fomenta o caráter dialogal da interação; por sua vez, ao escolher determinadas *hashtags* para a construção de seu dizer tenciona dar certa orientação argumentativa ao texto, mobilizando pontos de vista e valores de filiação, de forma a atingir o objetivo proposto e o maior número de interações possível e, para tal, ele se vale da ferramenta de controle do conteúdo. De uma forma geral, essas estratégias textuais da tecnodiscursividade contribuem para que esses locutores/enunciadores primeiros, ao mesmo tempo, recategorizem o PL 2.630 e busquem aumentar os níveis de interatividade da interação, com gestos tecnolinguageiros que engajam os interlocutores em ações efetivas de controle do conteúdo que está sendo construído, numa espécie de estratégia tecnolinguageira para o engajamento do PDV assumido ou imputado a enunciadores segundos, por exemplo algum autor do PL ou até mesmo uma figura pública que o defenda. Outro aspecto que chama atenção nesse tipo de postagem é a possibilidade de um L1/E1 situar PDVs, seus locutores/enunciadores segundos, seus interlocutores e até mesmo gerar uma espécie de arena para iniciar um debate polêmico.

Com outro tipo de estratégia, destacamos, ainda, o perfil do Participante 2 (Figura 3), que utiliza o recurso da marcação (“@_AlessandroSE é quem disparadamente explica melhor o projeto”), para, entre outras possibilidades, convocar o perfil do senador para o diálogo, demonstrar apoio ao posicionamento do senador Alexandre Vieira em favor do PL 2630 e engajar mais interlocutores em seu comentário. A Figura 3, a seguir, apresenta parte das interações coletadas; nelas cada usuário marca seu apoio ou repúdio, o que alimenta a polêmica. O Participante 2 utiliza-se ainda de emojis da bandeira do Brasil, tomada como identidade partidária de um grupo de apoio da extrema direita, para de forma mais abrangente delimitar seu campo de fala e de ancoragem de ponto de vista:

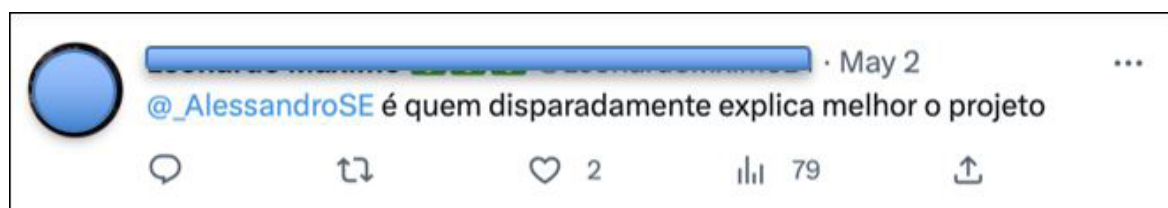


Figura 3 – Comentário do Participante 2.

Fonte: Perfil @tvsenado no Twitter.

Nesse sentido, longe de se apresentarem como meros recursos tecnológicos disponibilizados pelo *Twitter/X*, as *hashtags* e as marcações se mostram também como ferramentas valiosas para o aumento dos níveis de interatividade da interação e para, como vimos, colaborar para a (re)construção de referentes e a orientação argumentativa do texto, orquestrada, com maestria, a partir da construção do PDV do L1/E1 e dos diversos enunciadores.

5 Considerações finais

Pelas análises efetuadas, merece ser relevado o papel das *hashtags*. Estas, ao mobilizarem PDVs diversos, atuam como “fios textuais” em rede, corroborando para a orientação argumentativa dos tuítes construídos. Em suma, essas tecnopalavras, ao introduzirem PDVs e ao desencadearem processos referenciais diversos, têm um papel fulcral para a construção argumentativa do texto.

A observação desse tipo de uso, possibilitado pela plataforma, demarca a importância das estratégias textuais no ecossistema *Twitter*. Observamos, nesse sentido, que o próprio ecossistema contribui à interatividade e à argumentatividade ao disponibilizar recursos tecnolinguageiros, como as tecnopalavras. Contudo, são os agentes humanos que controlam (em parte) os sentidos, em especial, a sinalização das vozes e a seleção de representações discursivas (valores, referentes, objetos do mundo, entre outros) que ecoam nessas plataformas.

Quanto à ampliação dos estudos que observam a argumentatividade em contexto digital, os processos referenciais plurissemioticamente construídos indicaram ser, junto às ferramentas digitais apresentadas, elementos interacionais acionados na construção da orientação argumentativa (gerenciados por L1/E1) no tipo de discussão criado sobre o Projeto de Lei 2630. Por mais que os dados analisados sejam apenas uma pequena porção de uso tecnolinguageiro em uma plataforma digital, eles acabam por sinalizar o amplo campo de sentidos que ali circula e como a Linguística de Texto pode contribuir para a sua apreensão, sobretudo por seu caráter interdisciplinar. Assim, para a obtenção de conclusões mais genéricas, tornar-se-ia necessário o estudo dos elementos aqui sinalizados em um corpora de tuítes mais alargado.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J.-M. *Textos: tipos e protótipos*. Tradução de Mônica Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2019.
- ADAM, J.-M.; BONHOMME, M. *L'Argumentation Publicitaire*. Rhétorique de l'éloge et de la persuasion. Paris: Nathan Université, 1997.
- AMOSSY, Ruth. *L'Argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin, 2012.
- AMOSSY, Ruth. *Apologia da Polêmica*. Tradução: Cavalcante, Mônica Magalhães (coord.); Pinto, Rosalice et al. São Paulo: Contexto, 2017.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude e; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga, 1983.
- CARVALHO, A. P. de. *Sobre intertextualidades estritas e amplas*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39589/9/2018_tese_aplcarvalho.pdf. Acesso em: 7 nov. 2023.
- CAVALCANTE, M. M.; FARIA, M. G. S. e CARVALHO, A. P. L. de. Sobre intertextualidades estritas e amplas. *Revista de Letras*. v. 2, n. 36, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/31250>. Acesso em: 7 nov. 2023.
- CAVALCANTE, Mônica et al. *Linguística Textual: Conceitos e aplicações*. São Paulo: Pontes, 2022.

CAVALCANTE, M. M; MUNIZ-LIMA, I. A construção referencial em compósitos de gêneros na mídia Facebook. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 11, n. 3, e2328, p. 430-450, set.-dez./2021. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/2328>. Acesso em: 20 mai. 2023.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. (Con)Textos Linguísticos – Linguística Textual e Análise da Conversação: conceitos e critérios de análise, Espírito Santo, v. 13, n. 25, p.25-39, set. 2019. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/27884/18764>. Acesso em: 20 mai. 2023.

CORTEZ, Suzana Leite; CATELÃO, Evandro de Melo. Argumentação emocionada em uma carta e em uma postagem do Instagram. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 12, n. esp., e2422, p. 16-134, out./2022. DOI: 10.22168/2237-6321-2422

MATOS, J. G. *As redes referenciais na construção de notas jornalísticas*. 259 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MUNIZ-LIMA, I. *Modos de interação em contexto digital*. Tese de doutoramento em Linguística (cotutela) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Linguística, 2022. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/137024>. Acesso em: 20 mai. 2023.

MUNIZ-LIMA, I.; CATELÃO, E. M. #dejaneiro: interatividade e argumentação em práticas tecnodiscursivas no Twitter. In: *As múltiplas dimensões das letras*. Alagoas: EDUNEAL, 2023.

PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do Discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PINTO; Rosalice. *Como argumentar e persuadir: Prática política, jurídica, jornalística*. Lisboa: Quid Juris, 2010.

PINTO, Rosalice. Linguística Textual e Argumentação. In: CAPISTRANO, Rivaldo Jr. e ELIAS, Vanda. *Linguística textual: diálogos interdisciplinares*. Vitória, São Paulo: PPGEL – UFES; Labrador, 2017. p. 263-278.

PINTO, Rosalice; CORTEZ, Suzana. Do pathos retórico à empatia rabateliana. *Revista de Letras*, n. 36, vol (2), jul./dez, 2017, p. 51-62.

RABATEL, Alain. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée. *Langue Française* La notion de prise en charge em linguistique, n. 162, jun, 2009, p. 3-27.

RABATEL, Alain. *Argumenter en racontant*. De la narratologie à la linguistique – Tome III. Limoges: Lambert – Lucas, 2023.